

Brasília-DF, 28 de outubro de 2025

Convite

As táticas de negociação para ACTs/CCTs:

31 de outubro 2025

**Secretaria Regional Centro-Oeste
FETIEMS**
Rua Vasconcelos Fernandes, 853
Vila Independência - Campo Grande - MS

08h

CNTI

Palestrante
Eduardo Annunciato
Secretário de Educação

Para mais informações:
(65) 99982-1730 - Secretário regional
Ronei de Lima Zimmermann
(11) 3346-2795 - DANIELE

www.cnti.org.br

Cronograma do Dia:

BOAS PRÁTICAS PARA NEGOCIAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

08h30 às 09h10	Boas-vindas, abertura e apresentações.
09h10 às 09h30	A importância da boa negociação.
09h30 às 10h30	Táticas de negociação
10h30 às 10h45	Pausa para café
10h45 às 12h	Como aplicar as táticas.
12h às 14h	Almoço
14h às 14h30	Importância de seguir o regramento jurídico e prazos para garantir segurança jurídica e êxito nas negociações.
14h30 às 16h	Detalhamento do cronograma de negociação.
16h às 16h15	Pausa para café
16h às 16h45	Firmando a representação.
16h45 às 17h15	Sugestões de cláusulas obrigatórias.
17h15 às 17h30	Considerações finais e avaliação.

CNTI

A **Secretaria de Educação** da **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI**, em parceria com a **Secretaria Regional Centro-Oeste/CNTI**, convida o(a) companheiro(a) a participar do curso **"Táticas de Negociação para ACT's e CCTs"**, que será ministrado pelo palestrante **Eduardo Annunciato (Chicão)** - Secretário de Educação.

O curso acontecerá no dia **31 de outubro**, a partir das **8h**, em formato híbrido — presencialmente na Rua Vasconcelos Fernandes, 853, Vila Independência, Campo Grande/MS, e com transmissão online para os participantes remotos. (Link: <https://us02web.zoom.us/j/4306009074?pwd=OXI2b2UxTVdXdlBEU2xuMQwVkfCZz09&omn=85889327352>).

Sem sindicatos, até o ar teria dono

O sindicalismo é contemporâneo da modernidade — e continua sendo o escudo que impede o trabalhador de voltar ao tempo dos senhores e servos.

Marcos Verlaine*



Os sindicatos não são resquício do passado — são uma das maiores invenções humanas e conquistas da modernidade. O sindicato é avanço civilizatório.

Como lembra Antônio Augusto de Queiroz, em sua cartilha "Para que serve e o que faz o movimento sindical" (Diap, 2017)¹, o sindicalismo nasceu da necessidade de equilíbrio entre capital e trabalho, num

mundo que transformou o ser humano em força produtiva descartável.

Sem o sindicato, o trabalhador enfrenta sozinho o poder econômico, jurídico e político do capital.

O movimento sindical é, portanto, a forma organizada da resistência, o instrumento que impõe limites ao lucro e faz do trabalho espaço de dignidade — e não de submissão e exploração desmedida.

Voz que protege o trabalhador

O papel do sindicato vai muito além das negociações salariais. Esse instrumento do trabalhador representa, defende e educa.

Representa, às mesas de negociação; defende os

Brasília-DF, 28 de outubro de 2025

direitos conquistados; e educa para a consciência de classe e a cidadania ativa.

Foi a luta sindical que garantiu: jornada de 8 horas, 13º salário, férias e descanso remunerado, licença-maternidade e paternidade, Previdência e Seguridade Social.

Sem essa força coletiva, a história seria outra: o lucro seguiria sem limites, e o trabalhador teria de “pagar pelo ar que respira”, como provoca o autor deste — metáfora precisa para o que seria a vida sem contrapoder social.

Sindicalismo é modernidade

O sindicalismo é filho da Revolução Industrial (1760-1840) e irmão da democracia moderna².

Nasce no mesmo impulso civilizatório que reconhece direitos, organiza o Estado e limita o poder econômico.

Por isso, atacar os sindicatos é negar a própria modernidade.

Nas novas formas de trabalho — aplicativos, plataformas, contratos precários —, o sindicato é o único elo capaz de transformar o trabalhador isolado em sujeito político.

Não é o passado que o sindicalismo representa, mas o futuro possível do trabalho humano.

Sem organização, não há liberdade

A história comprova: onde o movimento sindical é forte, há menos desigualdade, maior redistribuição de renda e mais democracia.

Onde é enfraquecido, prosperam o medo, o individualismo e o retrocesso.

O sindicato é a instituição que dá voz àqueles que vivem do próprio esforço — a tradução concreta da palavra “solidariedade”.

Não há liberdade no trabalho sem organização coletiva. Não há cidadania sem sindicalismo. Não há democracia sem sindicalismo.

O que o capital teme

O que o capital teme no sindicato não é a greve, mas a consciência.

Trabalhador que entende seu papel na engrenagem social é menos manipulável, mais exigente e mais livre.

É isso que o sindicalismo promove: a emancipação pelo coletivo.

É por isso que, em todos os momentos históricos, os sindicatos foram atacados pelos mesmos interesses que exploram o trabalho e concentram a renda.

Mas também é por isso que seguem vivos — porque representam a essência do direito à dignidade.

Respirar é um ato político

O sindicalismo é o que resta de moderno numa sociedade que insiste em retroceder.

Enquanto houver exploração, haverá sindicato — e será esse o primeiro a lutar para que ninguém precise pedir licença para viver, trabalhar ou respirar.

Porque, sem sindicatos, até o ar teria dono.

(*) *Jornalista, analista político e assessor parlamentar do Diap*

¹ Antônio Augusto de Queiroz — “Para que serve e o que faz o movimento sindical”, publicado pelo Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), 2017, 3ª edição atualizada e ampliada.

² A concepção de democracia moderna surgiu após as revoluções Americana (1776) e Francesa (1789), que romperam com o Antigo Regime absolutista.

Fonte: Diap

Câmara debate pejetização e precarização do trabalho no Brasil

Seminário discute impactos jurídicos, econômicos e sociais da contratação de trabalhadores como pessoas jurídicas, em meio ao debate no STF sobre a prática



O Cedes (Centro de Estudos e Debates Estratégicos) e a Conle (Consultoria Legislativa) da Câmara dos Deputados promovem, nesta terça-feira (28), às 9 horas, seminário “Pejetização no Brasil: desafios jurídicos e econômicos para um futuro do trabalho inclusivo e sustentável”.

Brasília-DF, 28 de outubro de 2025

O encontro busca discutir os efeitos dessa prática sobre direitos trabalhistas, arrecadação previdenciária e equilíbrio econômico.

O evento ocorre no contexto de debate nacional reacendido pela audiência pública realizada recentemente no STF (Supremo Tribunal Federal), que analisou os impactos da pejetização e da chamada "reforma trabalhista branca", impulsionada por contratações via pessoa jurídica.

O tema mobiliza juristas, sindicatos e empresários diante da crescente informalização das relações de trabalho no País.

Fenômeno crescente e controverso

A pejetização consiste em contratar trabalhadores como PJ (pessoas jurídicas), em vez de empregar sob o regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

A prática, cada vez mais comum em setores como comunicação, tecnologia e saúde, é criticada por fragilizar direitos trabalhistas e reduzir contribuições à Previdência Social.

Segundo o Cedes, responsável pela organização do seminário, o objetivo é avaliar "os impactos econômicos, tributários, previdenciários e trabalhistas dos processos de pejetização", conforme o estudo coordenado pelo relator, deputado Márcio Jerry (PCdoB-MA).

A pesquisa integra o plano de trabalho do Cedes para o biênio 2025-2026 e busca propor diretrizes para aperfeiçoar o marco legal, conciliando proteção ao trabalhador e sustentabilidade fiscal.

Transformações no mundo do trabalho

O debate se insere em contexto mais amplo de transformações impulsionadas por novas tecnologias, plataformas digitais e reorganização produtiva, que desafiam os modelos tradicionais de regulação trabalhista.

Especialistas alertam que o avanço da pejetização exige respostas jurídicas e políticas capazes de equilibrar flexibilidade e proteção social.

O seminário vai contar com autoridades, empresários, acadêmicos e juristas. A transmissão será ao vivo pelo canal da Câmara dos Deputados no YouTube, e o público poderá participar de forma interativa.

Serviço

Seminário: Pejetização no Brasil: desafios jurídicos e econômicos para um futuro do trabalho inclusivo e sustentável

Data: 28 de outubro (terça-feira)

Horário: 9h às 13h

Local: Plenário 1, Câmara dos Deputados

Transmissão: Canal da Câmara no YouTube

Inscrições: não são necessárias

Fonte: Diap

Exploração de minerais críticos e terras raras é tema de audiência nesta quarta

O objetivo é discutir a criação de um marco regulatório para o aproveitamento estratégico e sustentável desses minerais

TTstudio/DepositPhotos



Convidados vão discutir diretrizes para pesquisa e aproveitamento desses minerais

A Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados debate, nesta quarta-feira (29), dois projetos sobre terras raras – minerais essenciais para a produção de baterias, veículos elétricos, sistemas de defesa e placas solares:

- o Projeto de Lei 2780/24, que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos e Terras Raras; e
- o Projeto de Lei 3659/25, que cria o Marco Regulatório Nacional para a Pesquisa, Mineração, Beneficiamento, Industrialização e Comercialização de Elementos Terras Raras.

A reunião será realizada às 9h30, no plenário 15, a pedido do deputado João Daniel (PT-SE).

Objetivos do debate

Segundo Daniel, o debate permitirá avaliar:

- os impactos econômicos e geopolíticos da política mineral sobre as regiões produtoras;
- o papel das universidades e institutos federais na formação de capacidades técnico-científicas;

Brasília-DF, 28 de outubro de 2025

- a integração da mineração estratégica com políticas de inovação e industrialização verde;
- os mecanismos de transparência, rastreabilidade e controle social das cadeias minerais;
- a relação entre a exploração mineral; e
- os direitos das comunidades locais e povos originários.

Fonte: Agência Câmara

Lula lidera em todos os cenários para 2026, diz pesquisa

Novo levantamento mostra que presidente Lula se consolida como o favorito para 2026



Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (Foto: Ricardo Stuckert / PR)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparece na frente em todos os cenários testados pelo instituto Paraná Pesquisas para a disputa presidencial de 2026. O levantamento, divulgado nesta segunda-feira (27), ouviu 2.020 eleitores entre os dias 21 e 24 de outubro em 162 municípios de todos os estados e do Distrito Federal.

Lula na dianteira no primeiro turno

No primeiro cenário testado, Lula soma 37% das intenções de voto, seguido por Jair Bolsonaro, que está inelegível, com 31%. Na sequência, aparecem Ciro Gomes (PSB) com 7,5%; Ratinho Júnior (PSD) com 6%; Romeu Zema (Novo) com 4,7%; e Ronaldo Caiado (União) com 3,2%. Os indecisos somam 4,8%, enquanto 5,8% afirmaram que votarão em branco ou nulo.

Em uma segunda simulação, que coloca Michelle Bolsonaro como principal adversária, o presidente mantém 37,3% da preferência, contra 28% da ex-primeira-dama. Ratinho Júnior (8,5%), Ciro Gomes (8,2%), Ronaldo Caiado (4,2%) e Romeu Zema (2%) completam a lista.

Maior vantagem contra Tarcísio e Flávio Bolsonaro

Nos cenários que testam Lula contra outros nomes da direita, o petista amplia sua liderança. Contra Tarcísio de Freitas, ele registra 37,4%, enquanto o governador

paulista obtém 22,3%. Ciro aparece em terceiro, com 9%, seguido por Ratinho Júnior (8,1%), Zema (5,7%) e Caiado (4,1%).

O cenário em que Lula tem a maior vantagem é o que inclui Flávio Bolsonaro (PL). Nesse caso, o presidente chega a 37,6% das intenções de voto, contra 19,2% do senador. Ratinho Júnior tem 9,6%, Ciro 8,9%, Zema 6,2% e Caiado 4,8%.

Segundo turno

As simulações de segundo turno mostram Lula à frente, mas dentro da margem de erro de 2,2 pontos percentuais, o que configura empate técnico. Contra Jair Bolsonaro, Lula aparece com 44,9%, ante 41,6% do ex-presidente. Na disputa com Michelle Bolsonaro, o petista marca 44,7% e ela 41,6%.

Com Tarcísio de Freitas, o placar é de 44,9% a 40,9%, e contra Flávio Bolsonaro, Lula amplia a diferença: 46,7% contra 37%.

Fonte: Brasil247

80 anos CNTI

NÃO À PEJOTIZAÇÃO
PEJOTIZAÇÃO É PRECARIZAÇÃO, DIGA NÃO!

FIM DA ESCALA 6X1
SEIS POR UM É EXPLORAÇÃO!

EPI'S SALVAM VIDAS.

NÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA
REFORMA ADMINISTRATIVA É RETROCESSO.